



HR.
E. Almeida
A.S.

Exercício de 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL

Senhores Acionistas,

Cumprindo as disposições legais, designadamente o disposto no Art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à V/ apreciação o nosso Relatório de Gestão reportado ao exercício de 2018, elaborado em conformidade com o Art.º 66.º desse mesmo Código, muito embora e por força do disposto no número 6 deste último artigo, a emissão deste Relatório seja dispensada.

INTRODUÇÃO

A Metropolitan Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto protagonizado pela Câmara Municipal de Mirandela e a CP.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a responsabilidade e supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à então REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura.

Por conseguinte, à luz daquele Contrato de Prestação de Serviços, competia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário de passageiros ao longo do troço Carvalhais/Tua.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade tem-se circunscrito à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão. Por conseguinte, desde essa altura, a sociedade tem laborado com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles com base nos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente.

Para além do transporte ferroviário acima mencionado, em meados de 2012 a empresa assumiu a gestão e o transporte rodoviário de passageiros no perímetro urbano da cidade e sua periferia, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM compete também a gestão e o serviço de transporte referidos,



HR.
Z. F. ...
(M)
ABJ

não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associadas ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, com exceção dos encargos com o pessoal; na verdade, todos os trabalhadores afetos à realização do serviço de transporte rodoviário pertencem ao quadro de pessoal da empresa, sendo que os correspondentes salários e encargos que lhes estão associados correm por conta desta.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Numa perspetiva estritamente operacional e face a 2017, a atividade da empresa em 2018 continuou estabilizada em torno dos seguintes vetores:

- A operação rodoviária não sofreu alteração;

- O relacionamento comercial com o Município de Mirandela, na sua vertente do transporte escolar, continuou a processar-se normalmente e nos mesmos termos do ano anterior;

- A ligação da empresa à CP no âmbito do cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços ferroviários a que se aludiu no ponto anterior processou-se do mesmo modo que em 2017. Do ponto de vista financeiro, a receita mensal decorrente dessa prestação de serviços que cabe ao ano de 2018 é igual à verificada no ano de 2017, portanto, de 16.323,50 € (por mês). Diga-se, desde já, que a globalidades das receitas pela prestação dos serviços relativos ao ano de 2017 apenas foi recebida no final de 2018 e primeiro trimestre de 2019;

- A MLM continuou a fazer a gestão do serviço de transporte rodoviário de passageiros dentro do perímetro da cidade de Mirandela;

- Continuou a ser assegurado o serviço de transporte de passageiros anteriormente servidos pelo troço da Linha do Tua encerrado há já vários anos, transporte esse também sob gestão da MLM e efetuado via táxi.

Genericamente falando e tal como todas as empresas que baseiam ou direcionam a sua atividade exclusivamente para mercados regionais ou locais de pequena (ou muito pequena) dimensão, no exercício de 2018 a MLM continuou a enfrentar os problemas próprios de uma economia regional/local pouco expressiva, subdimensionada e economicamente debilitada. Assim sendo e tendo também em conta a própria especificidade do negócio desenvolvido pela empresa, estamos perante uma atividade que se viu confrontada com:



Fructos
M
AS

- A impossibilidade da empresa dilatar os seus níveis de receita, considerando a pequenez do seu mercado efetivo e potencial;
- A impossibilidade de a empresa proceder a um ajustamento em alta das suas tarifas, considerando o fraco nível de rendimento auferido pela população alvo das suas atividades e o nível geralmente baixo que acompanha o valor das tarifas dos transportes públicos, atendendo ao caráter social que é atribuído a esta tipologia de serviço; e,
- O decréscimo da população a que as regiões do interior não conseguem fugir.

VEÍCULOS LRV-2000

No início, o parque de material circulante era constituído por quatro automotoras da série USD VE 9500, tendo por referências 9503, 9504, 9505 e 9506.

Fruto do acidente ocorrido a 12 de fevereiro de 2007, a frota de veículos LRV da MLM ficou reduzida a três unidades, em virtude do abate da 9504. Posteriormente, decorrente do acidente registado já em 2008 (o segundo), a LRV 9503 ficou bastante danificada, tendo sido afastada do serviço.

Dado que não se justificava reparar este último veículo e tendo sido apresentada uma proposta de compra do mesmo por parte de um operador estrangeiro, a qual se considerou bastante interessante, procedeu-se à venda respetiva em fevereiro de 2015. Assim sendo, desde fevereiro de 2015 e até à data, o parque de viaturas detido pela empresa é constituído por apenas dois veículos, ambos em operação.

No que às condições técnicas de segurança dos veículos se refere, o Conselho de Administração da empresa sempre pautou a sua conduta por princípios de rigor e de uma vigilância constante. Assim, os veículos ao serviço da empresa são regularmente sujeitos a uma vigilância apertada por parte dos técnicos da EMEF, visando a deteção (e posterior correção) de eventuais falhas/anomalias que venham a ser detetadas.

Paralelamente, todas as LRV são alvo de uma intervenção técnica mais profunda sempre que o desgaste dos seus principais componentes o justifique, o que normalmente acontece após terem percorrido um certo número de quilómetros.

Pelo exposto e no que às condições de funcionamento dos veículos LRV se refere, está a Administração da empresa em condições de garantir a segurança de pessoas e bens que viajam nos mesmos.

ANÁLISE DAS CONTAS APRESENTADAS

À semelhança do sucedido nos anos anteriores e nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, em particular do disposto no seu n.º 4, pretende-se agora proceder a uma análise detalhada das principais grandezas de natureza económico-financeira que marcam as peças de tipo contabilístico respeitantes ao exercício ora relatado. Na verdade, sendo os Documentos de Prestação de Contas basicamente constituídos por peças de natureza contabilística, logo técnica, faz todo o



Handwritten signature and initials:
Z. P. M. (circled)
A. S.

sentido que se reserve um espaço próprio para se tecerem alguns comentários acerca do conteúdo de tais peças, procurando-se ressaltar o que de mais importante aconteceu na empresa do ponto de vista económico-financeiro.

Uma breve análise daquelas peças contabilísticas, nomeadamente da Demonstração dos Resultados, permite extrair as conclusões de natureza quantitativa que de seguida se apresentam, numa base comparativa com os valores respeitantes aos exercícios de 2016 e 2017:

Valores em Euros

	2016	%	2017	%	2018	%
Fornecimentos e Serv. Externos	159.396,44	60,8	119.819,94	52,61	130.830,09	58,60
Gastos com o Pessoal	103.016,55	39,3	100.461,29	44,11	111.519,78	49,95
Gastos de Depreciação e Amortização	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos e Perdas de Financiamento	8.726,91	3,3	7.418,99	3,26	7.180,33	3,22
Resultado Líquido do período	-4.355,55	-1,7	1.254,97	0,55	-24.434,72	-10,94

Nota: Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor dos serviços prestados

SERVIÇOS PRESTADOS 262.134,62 227.742,18 223.259,23

Detendo-nos no quadro anterior, concluímos que o desempenho da empresa no exercício de 2018 apresenta várias modificações com alguma relevância em comparação com os dois anos anteriores.

Detalhando o que se passou em 2018 em termos de rendimentos, gastos e resultados, numa base comparativa com o histórico correspondente, vejamos:

a) Após consolidada uma trajetória descendente no que respeita à evolução do valor anual dos Fornecimentos e Serviços Externos, eis que em 2018 se regista um crescimento com alguma visibilidade no valor de tais fornecimentos, vindo este a situar-se muito próximo dos 131.000 € neste ano. O referido crescimento resultou:

- Do acréscimo resultante dos gastos suportados com transportes rodoviários subcontratados para o transporte de passageiros em algumas zonas antigamente servidas pela linha do Tua, os quais passaram de 34.043,22 € em 2017 para 36.573,31 € em 2018;

- O valor dos Trabalhos Especializados teve um incremento de 3.550,00 € de 2017 para 2018;

- Para além disso, muitas outras categorias de gastos que compõem os Fornecimentos e Serviços Externos tiveram um comportamento ascendente, como seja o



fl.
Z. F. ...
- 10

A/B

caso das despesas com combustíveis, comportamento esse que, em conjunto e somado com as duas anteriores variações, justifica e fundamenta a variação global observada ao nível dos Fornecimentos aqui em apreço.

Em resultado do supra exposto, o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos passou a representar, em 2018, 58,60% do valor dos Serviços Prestados, quando, no ano anterior, essa percentagem foi de 52,61%.

b) Como consequência dos ajustamentos salariais verificados no ano aqui em causa, alguns dos quais tiveram natureza retroativa, tendo sido negociados com os sindicatos dos trabalhadores, o valor das despesas com o pessoal subiu aproximadamente 11.000 € de 2017 para 2018.

O quadro do pessoal manteve o mesmo número de efetivos, pelo que aquele incremento da despesa apenas se relaciona com os ajustamentos salariais referidos.

c) Continuou-se a não registar qualquer gasto com Depreciações em 2018, tal como sucedido nos dois períodos anteriores. Esta circunstância decorre do facto de todos os Ativos Fixos detidos pela MLM já terem atingido o término do seu período de vida útil, a que se junta o facto de não se terem verificado aquisições deste tipo de Ativos ao longo destes últimos quatro anos, com entrada em funcionamento no contexto dos mesmos;

d) Os Gastos de Financiamento voltaram a experimentar um decréscimo em 2018. Este facto radica nos níveis muito baixos que as taxas Euribor têm observado, as quais mantêm valores negativos desde 2015 (e continuam nesta altura), sendo certo que este tipo de Gastos suportados pela empresa está indexado à Euribor.

No tocante ao comportamento dos rendimentos arrecadados pela sociedade em 2018, importa destacar o seguinte:

a) O valor global e anual dos Serviços Prestados apresentou uma redução de cerca de 4.500 €. Tal redução não derivou de qualquer mexida no valor do tarifário em vigor em 2018, radicando antes na diminuição do número de passageiros transportados, o que fez com que as receitas oriundas da venda de bilhetes pré-comprados e vendidos a bordo tivessem caído por aquela magnitude;

b) O valor dos serviços prestados à CP manteve-se exatamente constante de 2017 para 2018.



JR.
Z. Almeida
AS

Então, como corolário de todo o comportamento combinado acabado de explanar, os Resultados Líquidos atingiram o valor de – 24.434,72 € em 2018, o que representa uma descida relevante face ao ano anterior.

Com respeito à situação financeira da sociedade, a mesma caracteriza-se pelo já clássico desequilíbrio de longo prazo, motivado pelas responsabilidades financeiras perante a CP decorrentes da compra, a esta última, do material circulante.

Numa perspetiva de curto prazo, dúvidas não podem restar quanto à boa situação financeira da empresa, tal como tem acontecido nos últimos anos, apresentando-se, nesta altura, perfeitamente equilibrada. Este equilíbrio é bem visível pela relação entre o valor dos seus ativos e passivos de curto prazo, retirando-se, portanto, desta análise a enorme dívida à CP resultante da aquisição das automotoras. Claro está que esta melhoria tem por base os excedentes de tesouraria que foram sendo gerados, os quais radicam na obtenção de resultados positivos ao longo dos últimos anos, com exceção do de 2018.

De notar que esta apreciação tem por base o pressuposto, fundamental, segundo o qual a CP continuará a honrar os seus compromissos perante a MLM, SA decorrentes do serviço que lhe for sendo prestado ao longo de 2019, sob pena de, algures no segundo trimestre desse ano, a sua tesouraria sofrer graves danos, assim se rompendo o citado equilíbrio.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do Art.º 66.º do CSC, vem, neste ponto, o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2018.

Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do ano de 2018, no valor de – 24.434,72 €, seja transferido para Resultados Transitados.

PERSPETIVAS

Equacionando a continuidade da empresa, haverá que assinalar o seguinte:

(i) De acordo com as informações disponíveis, a mobilidade em torno da linha do Tua, envolvendo, sobretudo, o transporte ferroviário de passageiros, para fins turísticos e de transporte corrente, arrancará a breve prazo. Estão já realizadas bastantes melhorias e transformações na infraestrutura, de modo a que essa operação possa ter lugar em breve. Por conseguinte, a este nível, estão já criadas as condições para concretizar a dissolução da MLM em breve;



HR.
Z. P. M. M. U. E.
- M.

#1

(ii) Tendo em conta o avançado estado de degradação da linha entre Mirandela e Carvalhais, a que se junta a ausência de meios financeiros para proceder à sua recuperação por parte da empresa, foi decidido suspender a circulação ferroviária nesse troço a partir do dia 17 de dezembro passado. Tal suspensão também radica na circunstância de não se justificar o dispêndio de avultados fundos por parte da MLM nessa recuperação, em virtude de a sua dissolução estar para muito breve;

(iii) Considerando a quilometragem das automotoras ao serviço da empresa, exigia-se a efetivação de uma profunda revisão técnica a vários dos seus órgãos mecânicos por parte dos serviços competentes da EMEF, não só por questões de segurança mas também da própria operacionalidade das ditas automotoras. Tal revisão, importando numa despesa incomportável para a tesouraria da empresa, o que, aliada à sua anunciada dissolução, a torna inviável e inútil. Por conseguinte, também por este motivo, no início de dezembro passado foi decidido terminar com a circulação ferroviária nos troços operados pela MLM a partir de 17 desse mês;

(iv) Por outro lado, o novo operador pretende realizar algumas obras e testes entre Mirandela e o Cachão ao longo do primeiro semestre deste ano; ora, esta circunstância colidiria com a efetivação do normal trânsito das automotoras nesse troço, pelo que, também por este motivo, foi decidido o seu término a partir daquele dia.

Pelas razões expostas, o transporte ferroviário de passageiros deixou de ser feito a partir de meados de dezembro passado, não mais voltando a ser realizado por parte da MLM. Assim, as automotoras recolheram às instalações situadas em Carvalhais, aí ficando retidas até ser decidido o seu destino pelos acionistas da empresa.

Até à completa dissolução da empresa e até ao momento da entrada efetiva em atividade por parte do novo operador, o serviço de transporte ferroviário que deixou de ser realizado a partir de meados de dezembro passou a ser feito via rodovia; por esse facto, o serviço de transporte rodoviário que foi sendo feito e/ou gerido pela MLM até essa altura foi reforçado através de uma carreira contratada a um operador privado, que diariamente e com a necessária frequência, circula pela cidade e periferia.

Portanto, neste momento, não há transporte ferroviário de passageiros, apenas e só rodoviário, o qual é feito e gerido pela própria MLM.

Esta situação irá manter-se até à dissolução da empresa, o que se espera vir a acontecer no final do semestre corrente. A partir dessa altura, a mobilidade ao longo do Tua ficará a cargo do novo operador, devendo por essa ocasião (ou antes) ser equacionada a mobilidade na urbe de Mirandela e respetiva periferia.



Handwritten signatures and initials:
- Top right: A signature that appears to be "Z. F. M. M. S." with a circled "M" below it.
- Middle right: A signature that appears to be "A. J." with a circled "A" below it.

É claro que a atividade da empresa ao longo destes meses, até ao final de junho e nos moldes acabados de descrever, importa em custos avultados. Para os poder suportar, a empresa conta com o suporte financeiro da CP, já que estamos em presença da continuação da efetivação da mobilidade, só que numa modalidade diferente da anterior: em vez da utilização da ferrovia, passou-se a utilizar a rodovia.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Dando cumprimento ao disposto nos Art.º 2.º do Dec. Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem existem dívidas vencidas para com os trabalhadores;

- Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do n.º 5 do Art.º 66.º do CSC, não ocorreram quaisquer factos que mereçam especial referência;

- Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração - Artigo 397.º do CSC (alínea e) do número 5 do art.º 66.º do CSC);

- A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do art.º 66.º, do CSC);

- Não existem riscos de preço, considerando a tipologia da atividade exercida pela empresa.

- Quanto ao risco de crédito, a nível bancário a questão não se coloca, na medida em que a empresa não tem condições para aceder a esta tipologia de crédito.

O crédito sobre clientes não apresenta quaisquer riscos.

A empresa enfrenta sérios riscos de liquidez e de fluxos de caixa, considerando a aleatoriedade e o atraso que se verifica nos recebimentos oriundos da CP. Por conseguinte, não resta outra alternativa senão a de o acionista maioritário cobrir os défices temporários de tesouraria que daqui decorrem.

Mirandela, 14 de fevereiro de 2019



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente

Filipe Rodrigues

O Administrador por parte da CP

António Luís Soares Fátima Filiz

O Administrador Delegado

Z. Almeida



**ANEXO
(modelo reduzido)**

1 – Identificação da entidade:

1.1 – Designação da entidade.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA
NIPC 503 518 794

1.2 – Sede.

Rua D. Afonso III
5370 – 408 Mirandela

1.3 – Natureza da atividade.

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto que juntou a Câmara Municipal de Mirandela e a CP. Esta junção culminou com a participação no capital da MLM, SA de ambas as entidades, detendo a primeira 90% do mesmo e a segunda 10%, assim se constituindo, naquele ano, esta sociedade.

O objeto da sociedade consiste na prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros numa parte da linha do Tua.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a responsabilidade e supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à antiga REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura.

Por conseguinte, na prática, cabia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário ao longo do troço Carvalhais/Tua.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade tem-se circunscrito à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Brunheda. Por conseguinte, desde essa altura, a sociedade tem laborado com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles por via dos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente, com reflexos no seu desempenho e situação financeira.

HL.
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Entretanto, desde meados de 2012 que a empresa vem assumindo a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade e sua periferia, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM compete a simples gestão do mencionado serviço, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associados ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, à exceção das despesas relacionadas com o pessoal afeto ao dito serviço de transporte.

De referir que, nos últimos dias do ano de 2018, a MLM deixou de efetuar o transporte ferroviário de passageiros. Os mesmos troços são agora assegurados através do transporte rodoviário, o qual é efetuado mediante o aluguer de uma viatura com condutor a uma entidade terceira, a Auto Viação do Tâmega, Lda..

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística para Microentidades, constante do Aviso n.º 8255/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

2.2 – *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior, com uma exceção. No contexto do exercício de 2017, os serviços prestados ao acionista CP não foram faturados pela MLM nem liquidados por aquele. Neste sentido,

2

encontrava-se reconhecida uma verba de 195.882,00 € na rubrica “Outros ativos correntes” do balanço da entidade a 31/12/2017, respeitante ao acréscimo destes rendimentos, que foram faturados em 2018.

h2.
F. Almeida
-A
A/S

3 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis são medidos pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No caso concreto do exercício de 2018, não se contabilizaram quaisquer depreciações relativas a Ativos Fixos Tangíveis, na medida em que os elementos correspondentes já não apresentavam valor líquido escriturado no final do ano e, por outro lado, existiam elementos que não se encontravam ainda em condições de funcionamento (porque ainda não aplicados).

Investimentos financeiros:

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se medidos pelo seu custo. Pelo facto de tais investimentos apresentarem, não só um valor bastante reduzido/insignificante, como também um valor muito aproximado do seu justo valor, dado pela cotação do fundo respetivo, não foi inscrita qualquer alteração no seu valor diretamente na demonstração dos resultados. Tais investimentos apenas incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho e a sua detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe

3

evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

J.R.
Z. Fernandes
(P)
#1

Imparidade de ativos:

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade". Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e/ou outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Eventuais descobertos bancários são incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Z. Almeida
M.
AA

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não pagos à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

Contas a pagar

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos:

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito:

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

Impostos sobre o rendimento:

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras resulta apenas do imposto corrente. O gasto de imposto é registado em resultados.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço, sendo que o resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão tributáveis.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Z. F. M. H. R." and a circled "P" with a signature below it.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável, contudo, que, de tais revisões, resultem correções materiais às presentes demonstrações financeiras.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade preparou as suas Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das suas operações. Contudo, assume que vai entrar em dissolução no final do corrente semestre, salvo se algo de muito especial e inesperado vier a suceder, devido a:

- Alta probabilidade de o novo concessionário do transporte ferroviário na Linha do Tua entrar em atividade operacional no arranque do segundo semestre de 2019, a que acresce o facto de a MLM já não efetuar aquele serviço desde o final de 2018; e
- Os desenvolvimentos já ocorridos em 2017 e 2018 relativos à implementação, no terreno, dessa empresa.

O acima descrito está relacionado com a concretização do plano de mobilidade ao longo da Linha do Tua, decorrente do impacto da construção da barragem do Tua.

Não obstante e apesar do suprarreferido, assume-se que será possível realizar a maior parte dos ativos pelos valores escriturados e constantes do Balanço, sendo que a liquidação dos passivos da entidade deverá ser feita pelo seu valor nominal, igualmente constante de tal Balanço. Em abono a este pressuposto, acrescenta-se que grande parte dos elementos que constituem os Ativos Fixos Tangíveis não apresenta valor contabilístico.

Apenas um elemento constitutivo de tais Ativos apresenta valor contabilístico, tendo-se a noção, nesta data, de que será altamente improvável realizar tal valor num contexto de dissolução da empresa.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Porém, ver o descrito no ponto “6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Não ocorreu qualquer alteração nas políticas contabilísticas da entidade.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram objeto de qualquer alteração no exercício de 2018.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foi detetado, nem, por conseguinte, corrigido qualquer erro material praticado em períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados.

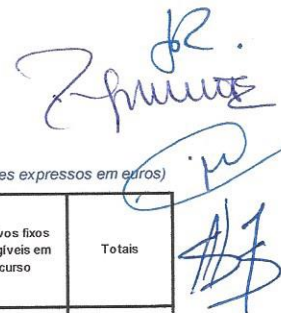
As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			10 anos	6-14 anos		4-8 anos		4-8 anos
Taxas de depreciação			10,00%	7,14-16,66%		12,50-25,00%		12,50-25,00%
Métodos de depreciação			Linha reta	Linha reta		Linha reta		Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

7



(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01/01/2017	Quantias brutas escrituradas		193,12	722 668,19		32 268,49		3 552,82		758 682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692 188,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Quantias líquidas escrituradas			30 480,00						30 480,00
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2017 (01/01/2018)	Quantias brutas escrituradas		193,12	722 668,19		32 268,49		3 552,82		758 682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692 188,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Quantias líquidas escrituradas			30 480,00						30 480,00
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2018	Quantias brutas escrituradas		193,12	722 668,19		32 268,49		3 552,82		758 682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692 188,19		32 268,49		3 552,82		728 202,62
	Quantias líquidas escrituradas			30 480,00						30 480,00

Acrescenta-se que o equipamento básico com quantia líquida escriturada mencionado no quadro supra foi adquirido em 2015 e não foi aplicado até ao final do ano de 2018, encontrando-se, à data de 31/12/2018, ainda em estaleiro. Por esse motivo, não foi registada qualquer depreciação no contexto dos dois exercícios apresentados.

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade.

O material circulante ao serviço da entidade já não se encontra em operação, embora se encontre completamente sob a sua alçada.

Neste momento, desconhece-se o seu valor de mercado, mesmo sendo o valor de sucata, prevendo-se, contudo, que tal valor tenha alguma expressão.

5 – Rendimentos e gastos:

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito.

Os restantes réditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua percepção, conforme as situações em concreto.

6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

a) Correm termos dois Processos Judiciais em que a entidade figura como Ré, dela se reclamando o pagamento de indemnizações de valor relativamente avultado. Em tais Processos, para além da MLM, constam outros Réus conhecidos, os quais também respondem, solidariamente, pelas indemnizações peticionadas.

Face à dificuldade em se apurar os valores indemnizatórios eventualmente imputáveis à MLM no caso de vir a ser judicial e efetivamente condenada e à convicção da Administração de que nada é devido pela empresa aos Autores das Ações Judiciais em apreço, não foi constituída qualquer provisão a este propósito.

De todo o modo, estando-se aqui perante um passivo contingente e de valor importante, informa-se que:

- O valor total das Ações Judiciais que correm termos contra a MLM, envolvendo, também e de forma solidária, outros Réus é de aproximadamente 300.000,00 €;
- Genericamente, é entendimento da Administração que a empresa não será chamada a responder perante estas responsabilidades potenciais, quando e se as mesmas se efetivarem.

b) É praticamente certo que a entidade será dissolvida até ao final do semestre já em curso. Apesar disso, não foi constituída qualquer provisão destinada a atender aos encargos derivados das indemnizações devidas aos trabalhadores, em consequência dessa dissolução. Na base da ausência da constituição da referida provisão, está a ideia da Administração da empresa de colocar os seus trabalhadores noutras ocupações, em particular a exercer funções

JR.
Z. P. M.
- P.
#1

similares na empresa que assumirá o transporte ferroviário na Linha do Tua, por concessão, ou na sua internalização nos serviços da autarquia.

De todo o modo, se a empresa vier a incorrer na obrigação de indemnizar os trabalhadores, a mesma terá de ser calculada atendendo ao seguinte:

* A maior parte dos trabalhadores da empresa, em número de quatro, integram o quadro de pessoal da mesma desde a sua fundação (1995), sendo que os dois restantes foram admitidos no início de 2016;

* Serão seis os funcionários a indemnizar;

* Durante o ano de 2018, o valor bruto mensal das remunerações aos trabalhadores ascendeu a cerca de 5.500,00 € (incluindo subsídio de alimentação).

c) A empresa dispõe no seu património de um lote de travessas de madeira para aplicação na via-férrea. Tais travessas foram adquiridas na perspectiva de uma intervenção de fundo na via, substituindo-se as travessas velhas e já sem condições para desempenharem cabalmente a sua função, principalmente no troço Mirandela/Carvalhais.

Desde a aquisição daquelas travessas e até à data não foi feita a projetada e necessária intervenção, pelo que, neste momento, quase todas as travessas adquiridas ainda se encontram em stock. Assim sendo e no contexto da dissolução da empresa, pode muito bem acontecer não ser possível recuperar a totalidade do investimento feito na compra das travessas em apreço, podendo até acontecer só se recuperar um valor marginal do mesmo.

Por conseguinte e considerando que o valor de compra das travessas, sem IVA, ascendeu a 30.480,00 €, podemos estar em presença de uma perda relevante.

Acrescenta-se que o Conselho de Administração não está em condições de estimar a perda que do exposto poderá decorrer, estando ainda a equacionar o destino certo deste ativo.

7 - Instrumentos financeiros:

7.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.

a) Todos os ativos e passivos financeiros encontram-se escriturados pelo seu custo;

b) A entidade encontra-se em incumprimento, desde há muito tempo, com relação ao pagamento de um fornecimento de equipamento básico que lhe foi efetuado. O valor do débito nestas condições em 31/12/2018 ascende a 1.726.409,99 €.

7.2 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

(valores expressos em euros)

Movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Totais
Saldo 31.12.2016 (01.01.2017)	125 000,00			(1 712 926,70)		(4 355,55)	(1 592 282,25)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							
Primeira adoção da Norma Contabilística para Micro entidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				(4 355,55)		4 355,55	
Entradas para cobertura de perdas							
Aplicação do resultado líquido do período anterior						1 254,97	1 254,97
Resultado líquido do período							
...							
Saldo 31.12.2017 (01.01.2018)	125 000,00			(1 717 282,25)		1 254,97	(1 591 027,28)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							
Primeira adoção da Norma Contabilística para Micro entidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				1 254,97		(1 254,97)	
Entradas para cobertura de perdas							
Aplicação do resultado líquido do período anterior						(24 434,72)	(24 434,72)
Resultado líquido do período							
...							
Saldo 31.12.2018	125 000,00			(1 716 027,28)		(24 434,72)	(1 615 462,00)

8 – Benefícios dos empregados:

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de empregados nos dois últimos períodos foi de 6.

9 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

9.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2018			Período 2017		
	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	3 600,00		3 600,00	3 600,00		3 600,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	3 600,00		3 600,00	3 600,00		3 600,00

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer tipo de remuneração na empresa.

9.2 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

Não existem quaisquer dívidas nestas condições (quer à AT, Segurança Social, quer aos trabalhadores).

10 - Outras divulgações:

10.1 - Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Quantia dessas operações e natureza da relação com as partes relacionadas.

A informação constante deste ponto refere-se aos negócios estabelecidos entre a entidade e os seus acionistas (CP e Município de Mirandela). Tais negócios reportam-se aos serviços prestados por aquela a estes, no decurso normal das suas operações.

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionadas		Período 2018		Período 2017	
		Prest. Serviços	...	Prest. Serviços	...
Empresa-mãe	Acionista maioritário	4 609,44		4 010,37	
	Subtotais	4 609,44		4 010,37	
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	195 882,00		195 882,00	
	Subtotais	195 882,00		195 882,00	
Subsidiárias	...				
Subtotais					
Associadas	...				
Subtotais					
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...				
Subtotais					
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...				
Subtotais					
Outras partes relacionadas	...				
Subtotais					
Totais		200 491,44		199 892,37	

J.L.

 Z. Freire

 -u

 A.F.

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas	Período 2018					Período 2017						
	Saldos pendentes em 31/12/2018			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31/12/2017			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
	Cientes c.corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período		Cientes c.corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	Acionista maioritário	556,00	(20 825,68)				353,00	(40 825,68)				
	Subtotais	556,00	(20 825,68)				353,00	(40 825,68)				
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	20 077,91		(1 726 409,99)					(1 719 242,01)			
	Subtotais	20 077,91		(1 726 409,99)					(1 719 242,01)			
Subsidiárias	...											
Subtotais												
Associadas	...											
Subtotais												
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...											
Subtotais												
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...											
Subtotais												
Outras partes relacionadas	...											
Subtotais												
Totais	20 633,91	(20 825,68)	(1 726 409,99)				353,00	(40 825,68)	(1 719 242,01)			

O valor inscrito no Balanço na rubrica “Outras credores” respeita, quase todo ele, ao débito da entidade ao acionista CP (mencionado na tabela supra, enquanto acionista minoritário) decorrente da aquisição de quatro automotoras, a que acresce o valor dos juros que este periodicamente debita àquela sobre o capital em dívida resultante da dita aquisição.

Já o valor inscrito na rubrica “Financiamentos obtidos” decorre de montantes entregues no ano de 2017 e 2018 pelo Município de Mirandela, para a entidade fazer face a despesas correntes. Este montante foi parcialmente devolvido pela MLM ao Município no mês de novembro de 2018, restando ainda uma dívida de cerca de 20.000 €.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Z. F. F. F. F." and a circled signature.

10.2 - Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

a) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários”;

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2018			31.12.2017		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	5,07		5,07	64,43		64,43
	...						
	Subtotais	5,07		5,07	64,43		64,43
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	172 431,83		172 431,83	10 075,88		10 075,88
	...						
	Subtotais	172 431,83		172 431,83	10 075,88		10 075,88
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		172 436,90		172 436,90	10 140,31		10 140,31

b) Informação relativa a ativos e passivos financeiros;

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2018			31.12.2017		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Clientes	20 633,91		20 633,91	3 790,00	(1 228,31)	2 561,69
		E. O. E. P.	1 272,46		1 272,46	13 916,51		13 916,51
		Outros ativos correntes	416,98		416,98	196 894,21		196 894,21
		Caixa e depósitos bancários	172 436,90		172 436,90	10 140,31		10 140,31
		Investimentos financeiros	363,22		363,22	245,08		245,08
		Subtotais	195 123,47		195 123,47	224 986,11	(1 228,31)	223 757,80
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		Subtotais						
	Totais	195 123,47		195 123,47	224 986,11	(1 228,31)	223 757,80	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado	Fornecedores	11 338,12		11 338,12	64 039,32		64 039,32
		E. O. E. P.	67 753,78		67 753,78	4 170,37		4 170,37
		Outros passivos correntes	1 741 463,87		1 741 463,87	1 736 542,86		1 736 542,86
		...						
		Subtotais	1 820 555,77		1 820 555,77	1 804 752,55		1 804 752,55
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	Financiamentos obtidos	20 825,68		20 825,68	40 825,68		40 825,68
		Subtotais	20 825,68		20 825,68	40 825,68		40 825,68
		Totais	1 841 381,45		1 841 381,45	1 845 578,23		1 845 578,23

c) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos;

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		Período 2018	Período 2017
Acréscimos de rendimentos	Serviços prestados à CP		195 882,00
	Serviços a faturar à CMM	416,98	699,06
	Totais	416,98	196 581,06
Acréscimos de gastos	Remunerações	11 385,00	10 152,45
	Juros	3 009,63	2 997,28
	Seguros		2 669,38
	Trabalhos especializados		600,00
	Totais	14 394,63	16 419,11
Gastos a reconhecer	Seguros	315,98	313,15
	...		
	Totais	315,98	313,15
Rendimentos a reconhecer	...		
	Totais		

d) Detalhe do rédito;

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2018			Período 2017		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	223 259,23	100,00%	(1,97%)	227 742,18	100,00%	(13,12%)
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	223 259,23	100,00%	(1,97%)	227 742,18	100,00%	(13,12%)

e) O Conselho de Administração está bem ciente das condições em que a sociedade se encontra na perspetiva do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando o valor dos seus Capitais Próprios à data de 31/12/2018. Porém, não está em causa o pagamento dos passivos assumidos nesta data nem à data do Balanço, sendo certo que a dívida à CP terá de ser objeto de tratamento particular e especial.

Mirandela, 14 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

Lilic Rodrigues
Z. Freire

O Contabilista Certificado

Maria do Nascimento

A. t. - L. - José Antunes Silva



Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2018

Unidade monetária: €

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio						
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Interesses que não controlam				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	7															(1 591 027,28)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																		
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																		
Alterações de políticas contabilísticas																		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																		
Realização de excedentes de revalorização																		
Excedentes de revalorização																		
Ajustamentos por impostos diferidos																		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																		
	7																	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8																	(24 434,72)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8																	(24 434,72)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																		
Realizações de capital																		
Realizações de prémios de emissão																		
Distribuições																		
Entradas para cobertura de perdas																		
Outras operações																		
	10																	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11=6+7+8+10	7																(1 615 462,00)

Filipe Rodrigues
O Conselho de Administração

Maria da Assunção
O CC

AL
M
AS

António Luís Fernandes



Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2017

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio						
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Interesses que não controlam				
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	7															(1 592 282,25)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																		
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																		
Alterações de políticas contabilísticas																		
Diferença de conversão de demonstrações financeiras																		
Realização de excedentes de revalorização																		
Excedentes de revalorização																		
Ajustamentos por impostos diferidos																		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																		
	2																	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	7																1 254,97
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3																	1 254,97
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																		
Realizações de capital																		
Realizações de prémios de emissão																		
Distribuições																		
Entradas para cobertura de perdas																		
Outras operações																		
	5																	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6=1+2+3+5	7																1 254,97
																		(1 591 027,28)

Miguel de Almeida
O.C.C.

João Paulo Fernandes

Filipe Rodrigues
O Conselho de Administração

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Balanço em 31 de dezembro de 2018 (modelo ME)

Unidade monetária: €

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4 ; 6	30 480,00	30 480,00
Investimentos financeiros	10	363,22	245,08
		30 843,22	30 725,08
Ativo corrente			
Clientes	10	20 633,91	2 561,69
Estado e outros entes públicos	10	1 272,46	13 916,51
Diferimentos	10	315,98	313,15
Outros ativos correntes	3 ; 10	416,98	196 894,21
Caixa e depósitos bancários	10	172 436,90	10 140,31
		195 076,23	223 825,87
Total do ATIVO		225 919,45	254 550,95
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	7	125 000,00	125 000,00
Resultados transitados	7	(1 716 027,28)	(1 717 282,25)
		(1 591 027,28)	(1 592 282,25)
Resultado líquido do período	7	(24 434,72)	1 254,97
Total do CAPITAL PRÓPRIO	7	(1 615 462,00)	(1 591 027,28)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	11 338,12	64 039,32
Estado e outros entes públicos	10	67 753,78	4 170,37
Financiamentos obtidos	10	20 825,68	40 825,68
Outros passivos correntes	7; 10	1 741 463,87	1 736 542,86
		1 841 381,45	1 845 578,23
Total do PASSIVO		1 841 381,45	1 845 578,23
Total do CAPITAL PRÓPRIO e do PASSIVO		225 919,45	254 550,95

Filipe Rodriguez
O Conselho de Administração

Mário do Nascimento
O CC

Filipe Rodriguez

António L. Soares Fernandes

JR.
Filipe Rodriguez
AB

AR.
Z. Guercini
..N
AB

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Demonstração dos resultados por naturezas (modelo ME)

Período findo em 31 de dezembro de 2018

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2018	2017
Vendas e serviços prestados	+	10	223 259,23	227 742,18
Fornecimentos e serviços externos	-	9	(130 830,09)	(119 819,94)
Gastos com o pessoal	-		(111 519,78)	(100 461,29)
Imparidade (perdas/reversões)	-/+		1 228,31	
Outros rendimentos	+		2 619,24	2 410,81
Outros gastos	-		(1 846,20)	(281,37)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		(17 089,29)	9 590,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(17 089,29)	9 590,39
Gastos de financiamento (líquidos)	+		(7 180,33)	(7 418,99)
Resultado antes de impostos	=		(24 269,62)	2 171,40
Imposto sobre o rendimento do período	-/+		(185,10)	(916,43)
Resultado líquido do período	=	7	(24 434,72)	1 254,97

Julia Rodufo
 O Conselho de Administração

Miguel do Nascimento
 O CC

Z. Guercini

At: L. J. Lourenço

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de DEZEMBRO de 2018



Z. Almeida
Mirandela
Alf

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	488 860,19	36 280,80
Pagamentos a fornecedores	-	(194 313,18)	(83 353,36)
Pagamentos ao pessoal	-	(110 378,07)	(99 627,08)
Caixa gerada pelas operações	+/-	184 168,93	(146 699,64)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(1 187,71)	2 547,82
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(442,89)	(17 583,86)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	182 538,33	(161 735,68)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-		
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	241,74	121,48
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(241,74)	(121,48)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	160 000,00	40 825,68
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	180 000,00	
Juros e gastos similares	-		
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(20 000,00)	40 825,68
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	162 296,59	(121 031,48)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	9	10 140,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	9	172 436,90

Filipe Rodrigues
 O Conselho de Administração

Miguel do Nascimento
 O CC

Z. Almeida
Alf

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Exercício de 2018

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Srs. Acionistas

da Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o relatório sobre a nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2018.

Relatório

1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos pelo disposto nos artigos 420.º e 422.º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

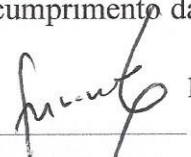
- a) À fiscalização da administração da sociedade;
- b) À vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) À verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas;
- e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados com o Sistema de Normalização Contabilística;
- f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
- g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 14 de fevereiro de 2019.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

- a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
- b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.

3. Em consequência de todo o trabalho efetuado, concluímos que:

- a) Os atos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objeto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade;



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n° 144 315 157

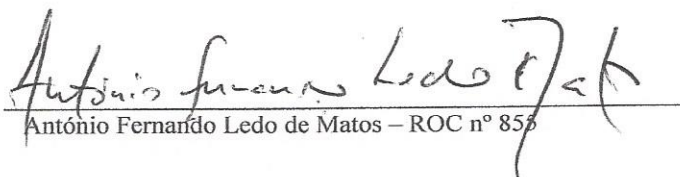
- b) a contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
- c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício;
- d) A continuidade da empresa há muito está em causa, considerando o que se encontra estabelecido para a mobilidade em todo o Vale do Tua. Assim sendo, é certo que a dissolução da empresa está para breve, prevendo-se que tal venha a suceder nos meados do corrente ano, de acordo com a informação prestada pelo Conselho de Administração;
- e) Os acionistas deverão tomar em devida conta as contingências que atingem a entidade, devidamente explanadas no Anexo;

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2018 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- c) Seja feita a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Mirandela, 14 de fevereiro de 2019


António Fernando Ledo de Matos – ROC n° 855

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Metropolitan Ligeiro de Mirandela, SA, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018, (que evidencia um total de 225.919,45 € e um total de Capital Próprio negativo de 1.615.462,00 €, incluindo um Resultado Líquido negativo de 24.434,72 €), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Metropolitan Ligeiro de Mirandela, SA em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Como se deduz da leitura do Balanço reportado a 31/12/2018, o valor dos Capitais Próprios da entidade ascende a -1.615.462,00 €. Este facto configura, como se sabe, uma situação de falência técnica, já que os prejuízos acumulados ao longo da atividade social mais que absorveram o valor do capital realizado e outras componentes positivas do Capital Próprio. Por conseguinte, do ponto de vista financeiro, a continuidade da empresa está completamente posta em causa. De todo o modo, é certo que, efetivamente, a empresa irá ser dissolvida a breve prazo.

Face aos últimos desenvolvimentos relacionados com a mobilidade em torno da Linha do Tua, está praticamente assegurada a dissolução da entidade no decurso dos próximos meses. Como quer que seja, as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto de que a MLM, SA continuará a laborar numa base de continuidade, sendo certo que se fosse adotado o pressuposto da liquidação, as diferenças seriam irrelevantes, considerando que a maior parte dos Ativos Fixos desta não dispõe de valor líquido contabilístico.



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Ao nível dos Passivos registados no Balanço da empresa, é um facto que esta não terá capacidade para pagar a parcela mais significativa destes e que se encontra concentrada num único credor, a qual ascende a cerca de 1.726.000,00 €. Por conseguinte, numa perspetiva de liquidação, o valor da referida parcela será muito próximo de zero, pelo que se afigura como certo que os acionistas (todos ou um deles) terão de absorver o prejuízo da não realização da referida parcela.

Correm em tribunal vários processos contra a entidade, envolvendo, conjunta e solidariamente, outros réus (pessoas coletivas), cujo valor total ascende a cerca de 297.000 €. Contudo, não foi quantitativamente refletida na contabilidade a potencial responsabilidade que daí possa resultar para a mesma, encontrando-se esta situação devidamente explanada no Anexo. Está assumido que a empresa não será responsabilizada pelo que é peticionado nessas Ações judiciais, face aos vários considerandos que as rodeiam.

Do mesmo modo, não foi refletida na contabilidade a responsabilidade financeira que para a entidade possa resultar dos Processos indemnizatórios que eventualmente decorram do despedimento dos seus trabalhadores subsequentes à sua dissolução. Esta situação encontra-se igualmente explanada no Anexo, sendo certo que está assumido que não será necessário incorrer nessa responsabilidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

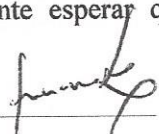
Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Mirandela, 14 de fevereiro de 2019


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 85